



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10741 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

**RECOMENDAÇÕES DA UNESCO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS A PARTIR DE 2010: UMA NOVA ÊNFASE NO APRENDER A APRENDER?**

Paula Gonçalves Felício - UEM - Universidade Estadual de Maringá

Lucilene Amarante - UEM - Universidade Estadual de Maringá

Gesilaine Mucio Ferreira - UEM - Universidade Estadual de Maringá

**RECOMENDAÇÕES DA UNESCO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS  
BRASILEIRAS A PARTIR DE 2010: UMA NOVA ÊNFASE NO APRENDER A  
APRENDER?**

Este estudo tem como objetivo realizar uma análise da influência das recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) nas políticas educacionais no Brasil após meados da década de 2010. O problema da pesquisa é a ênfase recorrente da categoria “aprendizagem” presente nas reformas educacionais brasileiras, a partir da segunda década do século XXI, como um novo destaque da proposta do “aprender a aprender”, defendido no documento basilar *Educação - um tesouro a descobrir: Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI*, de 1996, conhecido como Relatório Delors, em resposta às demandas mundiais e nacionais oriundas da reestruturação produtiva flexível e informacional-digital, na fase da Indústria 4.0.

Em termos metodológicos, realizou-se uma pesquisa documental, bibliográfica e qualitativa, amparada no cotejamento dos seguintes documentos: Relatório Delors, de 1996; Educação 2030 - Declaração de Incheon e o Marco de Ação, de 2015; Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017/2018; Documento Referência da Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2022 - Inclusão, equidade e qualidade: compromisso com o futuro da educação brasileira, aprovado em 2021.

Esta investigação ampara-se na Ciência da História, que possibilita compreender a educação não como um fenômeno explicável isoladamente, mas sim a partir da organização econômica e política da sociedade. Na sociedade capitalista, conforme preconiza Mészáros (2008), a educação institucionalizada, em geral, tem o propósito de não só fornecer os

conhecimentos necessários à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitimam os interesses dominantes.

Nessa perspectiva, afirma-se a relação das reformas educacionais atuais com a configuração assumida pelo modo de produção capitalista a partir de 1970, alicerçada na produção toyotista flexível. Na segunda década do século XXI, impulsionada pelo avanço tecnológico informacional-digital, a produção flexível se expande com a indústria 4.0, caracterizada pela intensificação dos processos automatizados, robotizados e controlados digitalmente. Trata-se de um modelo produtivo, que apesar das continuidades com o taylorismo-fordismo, ao superar a rigidez desse, exigiu a flexibilização das relações de trabalhos (ANTUNES, 2018), bem como um novo modelo de Estado para legitimar tais mudanças na esfera produtiva.

Destarte, desenvolveu-se nesse cenário um movimento de reforma política do Estado, no âmbito da Nova Gestão Pública (NGP). A NGP, que predominou do final dos anos 1970 até meados da primeira década do século XXI, introduziu mudanças no aparelho do Estado, numa perspectiva gerencial/empresarial, cujo objetivo era torná-lo mais eficiente e eficaz na gestão dos serviços públicos. Ela se pauta na supremacia administrativa do mercado, na concorrência, na publicização dos serviços públicos, na gestão e controle por resultados e incentivo pecuniário (CAVALCANTE, 2018), bem como intenciona à (des)regulamentação das relações trabalhistas, a partir de privatizações, terceirizações e aumento dos contratos temporários.

A NGP reproduz os princípios da primeira geração neoliberal orientada pela ideia de mercado e de Estado como instituições incompatíveis (PUELLO-SOCARRÁS, 2008), na privatização e no papel do mercado como regulador da sociedade. Em sua segunda fase, passa a defender o empoderamento do cidadão para a escolha dos serviços por meio da competição, *accountability* e transparência e a publicização dos serviços públicos (CAVALCANTE, 2018).

A incorporação dos princípios neoliberais pelo Estado legitima e reproduz a reestruturação econômica do capitalismo na sua fase mundializada. Nesse cenário, a educação torna-se institucionalizada, sendo a responsável por fornecer os conhecimentos e o pessoal à máquina produtiva (MOREIRA, 2018). As reformas educacionais seguem os direcionamentos da visão econômica e política, sobretudo a partir de 1990, sendo a Unesco um dos principais organismos internacionais, em parceria com o Banco Mundial, a delinear uma agenda globalmente estruturada para a educação (DALE, 2004). Isto significa que a educação de cada país sofre interferências supranacionais, especialmente no modo de regulação dos sistemas educativos nacionais, em cujos objetivos os ideais econômicos se sobressaem.

A partir das assertivas, o Relatório Delors, documento elaborado entre 1993 e 1996, é essencial para compreender a revisão da política educacional de diversos países na atualidade, sobretudo do Brasil. Especialistas de vários países foram convocados pela Unesco para

compor a Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, coordenada pelo francês Jacques Delors. O referido documento apresentou uma análise do contexto mundial e indicou os três grandes desafios do século XXI, sendo: ingresso de todos os países na ciência e tecnologia; adaptação e modernização à sociedade da informação; viver democraticamente.

Diante de tais desafios, as proposições do Relatório Delors para a educação estão alicerçadas em quatro aprendizagens fundamentais - aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser -, que deveriam estar presentes ao longo de toda a vida. Para o documento aprender a conhecer é muito mais do que dominar um rol de saberes codificados, mas aprender a aprender, o que requer o domínio dos instrumentos do conhecimento para compreender o mundo que o rodeia com prazer e viver nele com dignidade. O aprender a fazer está ligado à formação profissional. Face à informatização e automatização do processo produtivo, o saber-fazer abrange muito mais do que uma qualificação técnica e profissional específica, mas também habilidades sociais, capacidade de trabalhar em equipe, de aceitar desafios, de iniciativa, de gerir conflitos, entre outras. (UNESCO, 1998).

Perante as tensões e conflitos entre as pessoas, grupos e nações, no entanto, o documento conclama as pessoas a aprender a viver juntas e a se voltarem para objetivos comuns. Também devem aprender a ser, isto é, indivíduo, membro de uma família, e cidadão, ser coletivo. Para isso, precisa desenvolver a capacidade de autonomia, imaginação, criatividade, para discernir sobre sua vida, conhecer a si mesmo, ser dono do seu próprio destino e, posteriormente, abrir-se em relação ao outro (UNESCO, 1998).

Cabe à escola, preparar o sujeito para a vida, mas também lhe transmitir “[...] ainda mais o gosto e prazer de aprender, a capacidade de ainda mais **aprender a aprender**, a curiosidade intelectual. [...]” (UNESCO, 1998, p. 18, grifo nosso). No bojo da chamada sociedade da informação, a “[...] “A educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. [...]” (UNESCO, 1998, p. 88)

O Relatório Delors expressa o entendimento de que a escola deve priorizar a formação do indivíduo trabalhador/competitivo para o mercado de trabalho e do cidadão para garantir a coesão social. Destarte, o lema “aprender a aprender” desempenha uma relevante função “na adequação do discurso pedagógico contemporâneo às necessidades do processo de mundialização do capitalismo, pela sua interna vinculação à categoria de adaptação que ocupa lugar de destaque no discurso político-econômico neoliberal [...]” (DUARTE, 2000, p.56).

Ao considerar que a chamada sociedade da informação é a sociedade capitalista ancorada na informatização, que possibilita a produção toyotista flexível e o avanço da financeirização do capital, a concepção de educação do Relatório Delors representa a adaptação dos sujeitos a esse contexto de flexibilização, que promove a inserção no mundo do trabalho cada vez mais precário “[...] Constituir-se-ia, por assim dizer, uma “sociedade

educativa”, ao mesmo tempo “sociedade aprendente” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 67), conforme às demandas do capitalismo.

O Relatório orientou as reformas e as políticas educacionais no Brasil, na década de 1990, sobretudo a partir da Reforma do Estado implementada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), influenciada pela NGP. Seus princípios se expressam, por exemplo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs das séries iniciais (1997). Em função de sua consonância com o Relatório Delors, os Parâmetros são analisados criticamente como produto de uma política educacional neoliberal, preocupada em atender os anseios do desenvolvimento sustentável da economia, no qual a qualificação profissional se articula as competências, atitudes, habilidades provenientes do discurso da empregabilidade, de acordo com a ideologia da acumulação flexível (PUZIOL; MOREIRA, 2009).

Os PCNs (BRASIL, 1997) propuseram um referencial de conteúdos mínimos para a ação docente nas escolas públicas do país. Enfocam “[...] metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres” (BRASIL, 1997, p. 5), para tanto, propõe-se o desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes ao longo da vivência escolar.

Nesse cenário, Moraes (2003) ressalta que as decorrentes imposições do sistema capitalista em todas as esferas obrigam os países em desenvolvimento a buscarem alternativas que lhes possibilitem a participação no “complexo jogo econômico mundializado”. Tais ações têm efeito sobre as práticas sociais, e particularmente, sobre a educação – que se apresentam, de modo significativo, nos documentos, planos, diretrizes e nas políticas públicas educacionais, seguindo as orientações dos organismos internacionais, como nas recomendações discutidas do Relatório Delors, as quais, de modo geral, asseguram a centralidade da educação básica nas atuais circunstâncias políticas e econômicas.

A partir da crise mundial de 2008 e diante da exacerbação da crise estrutural, favorecida com o advento da indústria 4.0, motivada pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) ou digitais, que intensifica a precarização das condições de trabalho e as desigualdades sociais, ganha força um novo enfoque neoliberal menos ortodoxo, necessário ao controle dos problemas sociais e à reprodução e manutenção das relações sociais capitalistas. A ideia de incompatibilidade entre público (estatal) e privado (mercado) dá lugar a uma atuação regulatória do Estado em favor do mercado e a defesa do homem empreendedor voltado à inclusão e a coesão social (PUELLO-SOCARRÁS, 2008; 2021), sem ferir os pilares do neoliberalismo: privatização, liberalização, descentralização, internacionalização e financeirização (PUELLO-SOCARRÁS, 2021).

Um dos elementos do novo neoliberalismo (ou segunda geração neoliberal) é a Pós-Nova Gestão Pública, caracterizada pela mudança de enfoque do cliente/consumidor para o cidadão como parceiro do Estado, da supremacia do mercado para o fortalecimento da capacidade de controle e de liderança do Estado e para o trabalho em redes na provisão dos

serviços públicos (CAVALCANTE, 2018). Isso não significa uma ruptura com a NGP, pois mantém-se a influência da lógica do mercado na gestão pública com ênfase na parceria público-privada e no repasse da execução das políticas públicas do Estado para a sociedade.

As proposições da Declaração de Incheon e do Marco de Ação da Educação 2030, da Unesco, expressam os preceitos da PNGP ao evidenciar a preocupação com a resolução dos problemas sociais, como a degradação ambiental, a pobreza, o desemprego, a exclusão e as desigualdades sociais e educacionais e os conflitos que ameaçam a paz (UNESCO, 2016). Para tanto, apregoa o compromisso com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), em específico com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 - “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (UNESCO, 2016, p. iii), com foco nos grupos vulneráveis e excluídos. Além disso, o vínculo com a PNGP também pode ser observado quando o documento Marco de Ação afirma que a educação é um bem público de responsabilidade do Estado, cujo papel “[...] é essencial para estabelecer e regular normas e padrões [...]” (UNESCO, 2016, p. 8), mas cuja tarefa deve ser compartilhada com toda a sociedade mediante parcerias público-privadas e trabalho em redes.

Embora não faça menção aos quatro pilares da educação, a ideia do aprender a aprender está implícita no enfoque dados por esses dois documentos à aprendizagem de habilidades e competências cognitivas (leitura, escrita e matemática) e não cognitivas (habilidades interpessoais e intrapessoais, criatividade, trabalho em equipe, comunicação, empatia, resiliência, empreendedorismo), para além das habilidades específicas para o trabalho, que permitam aos indivíduos aprenderem ao longo da vida (UNESCO, 2016), tal como propalado pelo Relatório Delors.

Diversos países, como o Brasil, assumiram o compromisso com a Agenda 2030. A BNCC afirma seu alinhamento com a Agenda, reconhece as profundas desigualdades sociais e educacionais do país e a necessidade de combate de reversão da situação de exclusão e marginalização social de determinados grupos como os povos indígenas originários, quilombolas e afrodescendentes, as pessoas com deficiência. Assim, apregoa uma educação que possibilite a aquisição de competências para a promoção de uma sociedade mais humana, justa, democrática e inclusiva, voltada à preservação da natureza (BRASIL, 2018).

No cenário mundial contemporâneo, segundo a BNCC, muito mais do que o acúmulo de informações, é preciso “[...] o desenvolvimento de competências para **aprender a aprender** [...]” (BRASIL, 2018, p. 14, grifo nosso), como comunicar-se, ter discernimento, autonomia, ser criativo, analítico-crítico, proativo, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável, e habilidades para buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (BRASIL, 2018).

O Documento Referência da CONAE 2022 também enfatiza o deslocamento do paradigma do ensino para o paradigma da aprendizagem sob a alegação de que a sociedade da

informação requer um outro modelo de escola não mais focado no caderno e na lousa. Ao contrário, ante a centralidade da informação, o avanço tecnológico e a automação do processo produtivo, é necessário o desenvolvimento da capacidade de analisar e de resolver problemas, de ser criativo, adaptável, trabalhar com outras pessoas e de aprender a aprender por toda a vida. Afirma a necessidade da retomada dos quatros pilares da educação preconizados pela Unesco. Ademais, a inclusão é um dos princípios centrais do documento, mas cuja concepção se restringe à preparação dos excluídos para o mercado de trabalho e para a sociedade da informação (capitalista) (BRASIL, 2021).

Nesse sentido, o “aprender a aprender”, evidenciado nos documentos internacionais e nacionais analisados, de fato, “[...] trata-se de um lema que sintetiza uma concepção educacional voltada para a formação, nos indivíduos, da disposição para uma constante e infatigável adaptação” (DUARTE; 2008, p. 11) à sociedade vigente. As reformas que enfocam habilidades e competências para o trabalho e para viver juntos (resiliência) são fomentadas sobretudo em períodos cujas políticas são extremamente privatizantes, que tendem a acirrar os conflitos sociais e estes precisam ser contidos para a manutenção do capital. Por isso, a ênfase no aprender a aprender nas políticas educacionais dos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), pois tais governos primam pela privatização em detrimento das políticas públicas sociais.

A BNCC (aprovada no governo Temer) e o Documento Referência da CONAE 2022 (aprovado no governo Bolsonaro), revelam um viés mercadológico voltado à formação de habilidades e competências, mas sobretudo de um consenso acerca da necessidade de tais habilidades e competências apregoadas pelos quatro pilares da educação. O discurso de democracia, inclusão e a justiça social, fortalecido pela PNGP, oculta a intenção de adaptar os indivíduos ao mercado de trabalho e de reproduzir a precarização das condições de trabalho, de desemprego e de desigualdades sociais, dentro de limites necessários à manutenção do capitalismo como ordem social hegemônica.

Sendo assim, como explica Mészáros (2008), os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução ou transformação social estão intimamente relacionados. Sem rupturas nas relações sociais que estão sob o controle do sistema do capital, não poderão haver mudanças profundas na educação, que, na lógica do capital, configura-se como um sistema de internalização dos conhecimentos, valores e cultura funcionais à reprodução da ordem vigente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil. Políticas Educacionais. Unesco. Aprender a aprender.

## **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Documento Referência da CONAE 2022** – Inclusão, equidade e qualidade: compromisso com o futuro da educação brasileira. Brasília, DF: MEC; FNE, 2021.

CAVALCANTE, P. Convergências entre a governança e o pós-nova gestão pública. **Boletim de Análise Político-institucional**, Brasília, n. 19, p. 17-23, dez. 2018.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma cultura educacional mundial comum ou localizando uma agenda globalmente estruturada para a educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. São Paulo, 2000.

DUARTE, N. **Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, M. C. M. O recuo da teoria. *In*: MORAES, M. C. M (org.) **Iluminismo às avessas**: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 151-167.

MOREIRA, J. A. da S. Reformas educacionais e políticas curriculares para a educação básica: prenúncios e evidências para uma resistência ativa. **Germinal: Marxismo e Educação Em Debate**, 10 (2), p. 199-213, 2018.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. *Nueva gramática del neo-liberalismo: itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. Novo neoliberalismo: arquitetura estatal no capitalismo do século XXI. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 35-65, jan./abr. 2021.

PUZIOL, J. K. P.; MOREIRA, J. A. d S. M. **Capital Humano e educação sob a perspectiva da UNESCO no Brasil**. VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas do HISTEDBR: Campinas, 2009.

SHIROMA, E.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

UNESCO. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasil: Cortez; MEC; Unesco, 1998.

UNESCO. **Educação 2030**: Declaração de Incheon e Marco de Ação da Educação: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília, 2016.